



#### Relatório de Atividades

**Núcleo**: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Coordenadora: Taissa Nunes Vieira Pinheiro

Período Compreendido: 1º/agosto/2022 à 31/janeiro/ 2.023

**Número de Integrantes afastados**: Três integrantes afastados – Taissa Nunes Vieira Pinheir (coordenadora), Allan Ramalho Ferreira (Coordenador auxiliar), Pedro Fielk

(Coordenador Auxiliar).

Agentes: Tatiana Zamoner (arquiteta) e Marilene Alberini (socióloga)

Oficiais: Estagiárias:

Número de Integrantes Membros/Colaboradores: 13 (vinte) integrantes.

<u>Integrantes em 31.01.2023</u>:

Taissa Nunes Vieira Pinheiro (Coordenadora),

Pedro Ribeiro Agustoni Feilke (Coordenador Auxiliar),

Allan Ramalho Ferreira (Coordenador Auxiliar),

Sabrina Nasser de Carvalho (1ª Defensora Pública do NEHABURB)

**Douglas Tadashi Magami**(3ª Defensora Pública do NEHABURB)

Camila de Sousa Medeiros Torres Watanabe (5ª Defensora Pública do NEHABURB),

Andre Luiz Gardinal Silva (6ª Defensora Pública do NEHABURB),

Jamal Chokr (7ª Defensora Pública do NEHABURB),

Arianne Kwon Ieiri (8ª Defensoria Pública do NEHABURB),

**Gladius Alexandre Postinicoff Caglia** (10<sup>a</sup> Defensoria Pública do NEHABURB)

Rafael Lessa Vieira de Sa Menezes (12ª Defensoria Pública do NEHABURB),

Jairo Salvador de Souza (13ª Defensoria Pública do NEHABURB),

Vanessa Chalegre de Andrade França (17ª Defensoria Pública do NEHABURB)



#### 1. INTRODUÇÃO

No período objeto do relatório os integrantes não afastados do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (membros/as e colaboradores/as) deram andamento aos procedimentos administrativos que lhes foram encaminhados e participaram, com assiduidade e pontualidade, das reuniões ordinárias, realizadas nos dias 05/08/22, 02/09/22, 07/10/22, 04/11/22 e 08/12/22, das 09 às 12h, além terem comparecido aos eventos organizados pelo Núcleo nos dias 08/12/23 e 07/10/22, das 13 às 17h.

O Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, informa que possui atualmente 319 (trezentos e dezenove) procedimentos administrativos em andamento, sendo que, desses, 27 (vinte e sete) foram abertos no semestre em referência. Dentre os procedimentos administrativos, constam 269 (duzentos e sessenta e nove) processos judiciais, distribuídos em 8 (oito) foros regionais e 63 (sessenta e três) comarcas do interior, os quais compõem as atribuições dos coordenadores. De fato, seria impossível descrever a atuação em cada um dos procedimentos, que em sua maioria são muito complexos. Destaca-se que a atuação em tantas comarcas distintas acarreta a necessidade de enfrentamento das legislações específicas e municipais nas peças, tendo em vista o protagonismo Municipal no que diz respeito à política habitacional estabelecido pela Constituição Federal.

É importante mencionar que, com o advento do Código de Processo Civil de 2016, passou a ser prevista a intervenção da Defensoria Pública, nos chamados litígios coletivos possessórios, na defesa dos interesses de pessoas em situação de vulnerabilidade, nos mesmos moldes da intervenção do Ministério Público (este como fiscal da lei), porém com atuação voltada à guarda dos interesses e direitos fundamentais daquela população, missão constitucional de nossa instituição. No estado de São Paulo as intimações como *custus vulnerabilis* passaram a ser recebidas pelos Defensores Públicos com atuação cível nas comarcas onde há unidades instaladas. Nas demais localizações do



estado, o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo – órgão de execução e de suporte aos membros da instituição em demandas coletivas referentes ao direito à moradia e o direito à cidade – passou a ser o responsável pela intervenção..

A receptividade pelos julgadores do art. 554, §1º e art. 565, §2º, CPC, vem crescendo. De acordo com o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em conflitos fundiários da EDEPE, foi contatado que, em três anos, ou seja, **até o ano de 2020, o número de intervenções da Defensoria Pública na condição de** *custus vulnerabilis* **ultrapassou o número de intervenções diretas**, denotando-se daí o peso dessa atuação e a quantidade de trabalho que ela representa.



Fonte: relatório produzido pelo Grupo de Pesquisa em Conflitos Fundiários da EDEPE relativamente ao período de setembro de 2017 à setembro de 2020

Durante o período objeto do presente relatório, os coordenadores do Núcleo de Habitação participaram de 58 reuniões, sendo 14 delas presenciais e 44 online, 06 audiências no bojo de processo judicial acompanhado pelo Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, organizaram 3 eventos de educação em direitos e capacitação



presenciais e participaram de outros 5 eventos externos promovidos por outras entidades, prestaram 42 suportes especializados e expediram 28 ofícios, além de terem realizados as seguintes atividades.

# 2. ARTICULAÇÕES E ATUAÇÕES DESTACADAS DURANTE O PERÍODO

a. DEFESA DOS MORADORES DO LOTE 12 ATINGIDOS PELA PPP (PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA) MUNICIPAL – Trata-se de Grupo de Trabalho, iniciado em 2018, composto por diversos atores dentre os quais, os moradores e moradoras das comunidades das comunidades do Sapo, Imirim, Parada Pinto, Elza Guimarães e Córrego do Bispo, Defensoria Pública Estadual, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, LabCidade FAUUSP, Associação Futuro Melhor, União Nacional por Moradia Popular, Pastoral da Moradia, Movimento por Moradia Lutar e Vencer, Fórum dos Direitos da Criança e dos Adolescentes – Cachoeirinha, da União Dos Moradores e Amigos Do Jardim Antártica (UMAJA), Frente de Lutas por Moradia – FLM, e BrCidades destinado a construir estratégias contra as remoções decorrentes da implantação de empreendimentos habitacionais, infraestrutura urbana e equipamentos públicos onde hoje se localizam as comunidades Futuro Melhor e do Sapo, no extremo norte de São Paulo, local de trabalho e de moradia de mais de 6.000 famílias.

Durante o período, o Núcleo de Habitação acompanhou a elaboração do Plano Popular de Regularização Fundiária, formulado através de intensa participação da comunidade, que constituiu importante instrumento de defesa e proposta alternativa ao projeto de implantação do condomínio habitacional, com participação em quatro oficinas/assembleias presenciais, realizadas na comunidades, aos finais de semana, três reuniões presenciais realizadas na COHAB, SEHAB e Ministério Público e de encontros semanais realizados de forma online às segundas-feiras às 20h.



#### b. ORGANIZAÇÃO DA 7ª JORNADA DA MORADIA DIGNA

As Jornadas da Moradia Digna acontecem desde 2006, reunindo movimentos sociais, entidades, Defensoria Pública e sociedade civil na tarefa de mobilizar comunidades e aprofundar a discussão sobre o direito à moradia e o acesso à cidade.

Ao longo de todos esses anos, foi possível compartilhar experiências, aumentar conhecimentos e provocar a sociedade em geral a enxergar a situação de segregação, violência e precariedade social que se expressa na realidade das favelas, dos loteamentos irregulares, dos bairros populares, dos conjuntos habitacionais sem infraestrutura, dos cortiços, das pessoas que sofrem remoções forçadas, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população em situação de rua, das mulheres e da população negra sem moradia.

Cada edição da Jornada trouxe um tema específico para reflexão: Moradia e Meio Ambiente, Megaeventos e violação do Direito à Cidade; Luta pela Cidade, Conflitos Urbanos e Luta Popular; O papel do Sistema de Justiça nos Conflitos Fundiários; Mulheres em luta Direito à Moradia e à Cidade.

A 7ª edição traz como tema a luta por Cidades Antirracistas e se propõe a lançar um olhar racializado sobre os territórios, colocando luz na interferência do racismo para o acesso ao direito à moradia e à cidade.

Dessa forma, em parceria com o NUDIR, Ouvidoria e atores externos, o Núcleo buscou retomar o ciclo de Jornadas, interrompido a partir de 2017, dando início às reuniões preparatórias, seis delas ocorridas durante o período em epígrafe, além do primeiro evento preparatório com o tema escolhido pelos participantes: "Por Cidades Antirracistas".

A jornada inclui inúmeros contatos, troca de mensagens e articulações destinadas a viabilizar a interlocução entre os atores envolvidos, inclusive a elaboração de



material e documentos, como convite, manifesto e e-mails enviados para pessoas e entidades capazes de colaborar na organização cedendo espaços e recursos.

O processo de articulação, por si, já promove a aproximação entre todas as pessoas e entidades envolvidas, especialmente a Defensoria Pública e os movimentos sociais, lideranças e pessoas em situação de precariedade habitacional, e por tal motivo vem ao encontro da construção de um mandato popular, que se revela aberto à sociedade civil e próximo das pessoas para quem a atividade se direciona.

Além disso, o tema escolhido coloca o assunto na pauta de discussão diária e fomenta importantes debates e discussões, por exemplo, das articulações da Jornada adveio demanda de suporte destinada a evitar a remoção do terreiro Ilê Asé.

O Núcleo de Habitação, em conjunto com o Núcleo de Diversidade, trabalhou no fim de 2022 com uma demanda relacionada à remoção do referido terreiro, que descortinou a realidade de ameaça que tais comunidades religiosas sofrem no Estado de São Paulo. Assim, está se fortalecendo uma articulação com outros órgãos, inclusive o MPF, para evoluir na tratativa do tema.

Adveio também de um dos debates realizados na pré-jornada a proposta de realização de atendimento itinerante da Defensoria Pública em todas as comunidades participantes. Isso porque, apesar da atuação processual, nenhuma das pessoas participantes da roda de conversa conhecia a Defensoria Pública, não tendo evidentemente conseguido acessá-la para suas demandas individuais gerais de guarda, visitas, creche, criminal, etc. Por isso, e considerando tratar-se de pessoas predominantemente negras, reunidas coletivamente para reivindicação do direito básico à moradia, compreendeu-se que um projeto destinado a alcançar essas pessoas deveria ser reconhecido como uma atuação institucional antirracista.

c. CONTRIBUIÇÃO NA CAMPANHA DESPEJO ZERO E ATUAÇÃO NA ADPF 828-DF



A Campanha Nacional #DespejoZero - Em defesa da vida no campo e na cidade, criada por movimentos e organizações sociais - foi responsável por auxiliar dezenas de famílias pelo país durante a pandemia de coronavírus. Lançada no mês de junho de 2020, a ação busca resolver a situação de insegurança pela qual passam as famílias mais vulneráveis e também as pessoas em situação de rua.

A Defensoria Pública desde o início integrou a campanha, participando das reuniões e alimentando o mapeamento dos conflitos fundiários, que resultam em despejos e remoções forçadas de pessoas do seu local de moradia e sobrevivência.

Paralelamente e conjuntamente com outras Defensorias Públicas que participam na comissão de moradia do CONDEGE, ingressou como *amici curiae* na ADPF 828-DF ajuizada pelo PSOL e outros atores com o objetivo da tutela do direito à moradia e à saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade e de insegurança possessória no contexto sanitário e socioeconômico da Pandemia da Covid-19, elaborando manifestações nas cinco oportunidades nas quais foram proferidas decisões interlocutórias pelo Min. Luiz Roberto Barroso, também elaborando modelos de petições, recursos e reclamações disponibilizados para a carreira e também para outras Defensorias Públicas e advogados populares.

A mais recente decisão, proferida no dia 31/10/22 ensejou além dos supracitados modelos de peças processuais, a elaboração e nota técnica a respeito da portaria que instaurou o GAORP (Grupo de Apoio às Ordens de Reintegração de Posse). Atualmente, o grupo de Defensorias e outros atores da campanha se encontram mobilizados e participando de reuniões para que seja possível influenciar na construção de futura regulamentação nacional sobre o tema, realizada pelo CNJ.

#### d. PROGRAMA PODE ENTRAR ENTIDADES

Acompanhada pelo Núcleo de Habitação e Urbanismo desde o ano de 2012, a Ocupação São João, 588 constitui referência de ocupação coletiva no Município de São



Paulo, situando, inclusive o local da posse popular desta Defensoria Pública e de cada Defensor ou Defensora empossados que recebe, das mãos de um morador da Ocupação São João, seu certificado.

No mês de agosto de 2022, o Núcleo de Habitação ingressou com Ação Civil Pública objetivando a participação da associação no chamamento público realizado através do Programa Pode Entrar Entidades, viabilizando a reforma e requalificação do edifício, através de parceria com o poder público, articulada com a assessoria técnica que elaboraria o projeto.

Foi deferida a liminar em primeiro grau e negado pedido de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pelo Município, decisões que foram inclusive noticiadas pela Rede Globo, que elaborou matéria favorável aos interesses dos ocupantes no local.

O Núcleo de Habitação também participou de roda de conversa na ocupação, ocasião na qual recebeu a placa de homenagem pelo trabalho desenvolvido ao longo dos 11 anos de atuação.

# e. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA CIDADE DE SALESÓPOLIS

O Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo vem atuando desde 2013 em dezenove processos que tramitam perante a comarca de Salesópolis – SP e de modo geral na defesa de 66 (sessenta e seis) núcleos informais existentes na cidade.

Salesópolis é uma cidade com cerca de 17 mil habitantes, cujo território encontra-se praticamente integralmente gravado como área de proteção ambiental permanente. As referidas ações judiciais trazem como pedido principal a desocupação



das áreas, o que importaria em remoção de grande parte da população e aniquilamento de praticamente a cidade inteira.

Ao longo dos anos, e notadamente com o advento da Lei Estadual da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, L. 15.913/15 e da Lei Federal 13.465/17, que permitem expressamente a regularização fundiária em áreas de proteção ambiental, compatibilizando o direito à moradia e meio ambiente equilibrado, vem se formando consenso, envolvendo todos os atores processuais, quais sejam, Municipalidade, Ministério Público, Juízo, Defensoria Pública, Associações e Moradores, a respeito da necessidade de regularização fundiária dos núcleos informais.

A despeito desse processo, a efetivação dos processos vem esbarrando na falta de recursos e corpo técnico do Município. Por isso, o desafio se tornou passar a abordar a questão sob a perspectiva geral, de todos os núcleos informais envolvidos e no resultado, que comprometeria a existência da cidade como um todo, a fim de que seja possível construir estratégia integrada e articular a rede de apoio necessária para efetivação das regularizações.

Para tanto foram realizadas reuniões com a Prefeitura e também foi dado início à parceria com a USP São Carlos, que elaborou análise multiescalar, apresentando ações multiníveis para metodologia para regularização fundiária no local (disponível em: <a href="https://drive.google.com/file/d/1-6DCtiXctHo2OIdQUuiUT9Nzdgp2oYRU/view">https://drive.google.com/file/d/1-6DCtiXctHo2OIdQUuiUT9Nzdgp2oYRU/view</a>).

Também foi dado início ao estudo dos fundos públicos capazes de absorver a demanda, estando no momento pendente a solicitação de reunião com o grupo de trabalho do CAU-SP e informações solicitadas ao CONDEPHAAT, haja vista a existência de bens tombados pelo órgão.

#### f. TRANSPORTE NAS ELEIÇÕES

O Supremo Tribunal Federal, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 1.013, em decisão proferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso,



em 29 de setembro de 2022, consignou que é altamente recomendável aos municípios que tiverem condições orçamentárias a oferta de transporte público gratuito no dia das eleições.

No dia 19 de outubro de 2022, o plenário do STF finalizou a votação, resultando em maioria ampla pela possibilidade de que os poderes públicos concedam a gratuidade na tarifa do transporte público, tendo somente um voto contrário.

Após a decisão do STF, no dia 30 de setembro de 2022 o NCDH nº 04/22 enviou o ofício recomendatório ao Município de São Paulo, recomendando "o oferecimento de transporte público urbano coletivo gratuito aos eleitores de forma imediata, nos dias de pleitos eleitorais, mantendo o serviço de transporte público urbano coletivo de passageiros em níveis normais, sem redução específica nos dias de eleições".

Diante da ausência de resposta do Município e com a proximidade do segundo turno, a Defensoria enviou no dia 17 de outubro de 2022 novo ofício recomendatório NCDH  $n^{\circ}$  08/22 reiterando os termos anteriores.

O Município respondeu ao ofício no dia 21 de outubro de 2022 alegando um impacto orçamentário na ordem de R\$ 7 milhões, o que impediria a concessão da gratuidade pleiteada.

Em relação ao transporte interestadual, no dia 19 de outubro de 2022 realizou-se a expedição do ofício recomendatório NCDH  $n^{\circ}$  09/22 recomendando o oferecimento do transporte gratuito, nos termos das recomendações feitas ao Município. Não houve resposta a este ofício.

Neste contexto, se iniciou a participação do Núcleos Especializado de Habitação e Urbanismo, em parceria com o Núcleo Especializado de Cidadania e direitos humanos (NCDH) e Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor (NUDECON) para assegurar o direito constitucional à participação política a pessoas vulneráveis sem o prejuízo do próprio sustento.

Durante a atuação extrajudicial, a Defensoria Pública foi informada que no dia 19 de outubro de 2022 a vereadora Erika Hilton havia ajuizado a tutela cautelar em caráter



antecedente, autos nº 1061675-16.2022.8.26.0053, contra o Município de São Paulo. A ação pedia a adoção das medidas necessárias para garantir a gratuidade do transporte público urbano coletivo de passageiros na capital no dia 30 de outubro de 2022.

A Defensoria Pública requereu então a intervenção no feito na qualidade de *custos vulnerabilis*, pedindo para que fosse acolhida a pretensão autoral.

No dia 24 de outubro o Município declarou que concederia a gratuidade do transporte público, o que foi formalizado pelo Decreto Municipal nº 61.916/2022, razão pela qual a ação foi extinta sem julgamento de mérito pela ilegitimidade ativa.

Para garantir a gratuidade do transporte de competência do Estado, no dia 24 de outubro de 2022 a Defensoria Pública ajuizou Ação Civil Pública contra o Estado de São Paulo, autos nº 1062602-79.2022.8.26.0053, requerendo o oferecimento gratuito dos serviços das linhas do Metrô, CPTM e EMTU. No entanto, a ação foi julgada extinta sem apreciação do mérito, pois foi reconhecida a litispendência em relação à ação 1062529-10.2022.8.26.0053. Nesta ação, que tem como autora a Bancada Feminista do PSOL, a tutela antecipada foi indeferida no último dia útil antes do segundo turno das eleições e, ao final, a ação foi julgada extinta por perda do objeto, já que a sentença foi proferida em dia posterior à realização do segundo turno das Eleições.

Internamente, com base na atribuição dos Núcleos Especializados de remeter informações técnico-jurídicas aos Defensores Públicos e assessorar os órgãos de atuação e de execução (art. 53, incisos I e VI, Lei Complementar 988/2006), encaminhou-se comunicado conjunto à carreira com sugestões de atuação e com modelos de ofício recomendatório e Ação Civil Pública a ser proposta contra os Municípios, do qual adveio o seguinte resultado:

Município	População	Situação	Número do Processo	Resultado
Americana	242.018	Ofício enviado pels núcleos - Sem		
		resposta		



Araçatuba	198.129	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
Araraquara	238.339	Ofício enviado pela unidade - 1o Turno		Concederam Adm
Avaré	91.232	Judicializou	1006099- 75.2022.8.26.007 3	Concederam Adm
Barretos	122.833	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
Barueri	276.982	Judicializou	1019534- 34.2022.8.26.006 8	Deferido
Bauru	379.297	Judicializou	1027222- 38.2022.8.26.007 1	Deferido
Birigui	124.883	Já tem		
Bragança Paulista	170.533	Não tem atribuição fazenda.		
Campinas	1.213.792	Sem atuação DPE - vai ter		Concederam Adm
Caraguatatuba	123.389	Sem atuação DPE - Luan ia analisar		
Carapicuíba	403.183	Judicializou	1010750- 85.2022.8.26.012 7	Deferido
Cotia	253.608	Sem atuação DPE - vai ter		
Diadema	426.757	Sem atuação DPE - vai ter		
Embu das Artes	276.535	Sem atuação DPE - vai ter		
Embu-Guaçu	69.901	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
Ferraz de Vasconcelos	196.500	Judicializou	1005382- 97.2022.8.26.019 1	Deferido
Franca	355.901	Judicializou	1027618- 28.2022.8.26.019 6	Deferido



Americana	242.018	Ofício enviado pels núcleos - Sem resposta		
Município	População	Situação	Número do Processo	Resultado
Juquitiba	31.646	Ofício enviado pela unidade - Sem resposta		
Jundiaí	423.006	Judicializou	1019915- 95.2022.8.26.030 9	Concedeu parcialmente
Jaú	151.881	Judicializou	1010101- 80.2022.8.26.030 2	Deferido
Jandira	126.356	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
 Jacareí	235.416	Já tem		
Itaquaquecetu ba	375.011	Ofício enviado pelos núcleos - Sem resposta		
Itapetininga	165.526	Wlamyr vai analisar a recomendação, mas não judicializarão		
Itapecerica da Serra	177.662	Judicializou	1006081- 51.2022.8.26.026 8	Deferido
Indaiatuba	256.223	Ofício enviado pelos núcleos		Concederam Adm
Hortolândia	222.186	Já tem	•	
Guarulhos	1.392.121	Judicializou	1050907- 03.2022.8.26.022 4	Deferido
Guarujá	322.750	Ofício enviado pela unidade		Concederam Adm
Guararema	30.136	Ofício enviado pelos Núcleos		Concederam Adm
Franco da Rocha	156.492	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm



Araçatuba	198.129	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
Araraquara	238.339	Ofício enviado pela unidade - 1o Turno		Concederam Adm
Avaré	91.232	Judicializou	1006099- 75.2022.8.26.007 4	Concederam Adm
Barretos	122.833	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
Barueri	276.982	Judicializou	1019534- 34.2022.8.26.006 9	Deferido
Bauru	379.297	Judicializou	1027222- 38.2022.8.26.007 2	Deferido
Birigui	124.883	Já tem		
Bragança Paulista	170.533	Não tem atribuição fazenda.		
Campinas	1.213.792	Sem atuação DPE - vai ter		Concederam Adm
Caraguatatuba	123.389	Sem atuação DPE - Luan ia analisar		
Carapicuíba	403.183	Judicializou	1010750- 85.2022.8.26.012 8	Deferido
Cotia	253.608	Sem atuação DPE - vai ter		
Diadema	426.757	Sem atuação DPE - vai ter		
Embu das Artes	276.535	Sem atuação DPE - vai ter		
Embu-Guaçu	69.901	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
Ferraz de Vasconcelos	196.500	Judicializou	1005382- 97.2022.8.26.019 2	Deferido
Bragança Paulista	170.533	Não tem atribuição fazenda.		
Campinas	1.213.792	Sem atuação DPE - vai ter		Concederam Adm



Caraguatatuba	123.389	Sem atuação DPE - Luan ia analisar		
Carapicuíba	403.183	Judicializou	1010750- 85.2022.8.26.012 8	Deferido
Cotia	253.608	Sem atuação DPE - vai ter		
Diadema	426.757	Sem atuação DPE - vai ter		
Embu das Artes	276.535	Sem atuação DPE - vai ter		
Embu-Guaçu	69.901	Ofício enviado pela unidade - Vai ter		Concederam Adm
Ferraz de Vasconcelos	196.500	Judicializou	1005382- 97.2022.8.26.019 2	Deferido
Franca	355.901	Judicializou	1027618- 28.2022.8.26.019 7	Deferido

#### g. PLANO DIRETOR

Desde que houve a troca de gestão, continuamos o trabalho desenvolvido no que toca à revisão do plano diretor de São Paulo/SP. Houve constantes reuniões com a sociedade civil e articulações com grupos relacionados ao direito à cidade, a fim de estimular o debate e interferir na discussão do Plano Diretor.

Tal trabalho continua até os dias atuais, com a previsão de envio do projeto de lei ao legislativo, onde será iniciada uma nova etapa participativa.

Referente ao caso, foram expedidas recomendações à Prefeitura de São Paulo, além da atuação em processo judicial proposto na gestão anterior.

#### h. TRAUMAS POLÍTICOS



Junto com a UNIFESP, desenvolveu-se uma parceria para evoluir no tema dos traumas políticos, conceito da psicologia que vem sendo aplicado ao direito, a fim de qualificar nossa atuação em processos remocionistas. Foram feitas visitas em duas comunidades junto com a equipe de psicólogos da UNIFESP, resultando em dois relatórios, que serão apresentados em evento a ocorrer no mês de abril.

#### 3. ELABORAÇÃO DE NOTAS TÉCNIAS

3.1. **NOTA TÉCNICA N. 01-2022 - AUXÍLIO ALUGUEL** – Em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos a nota técnica produzida no ano de 2019 foi atualizada e produzida recomendação para restabelecimento do auxílio previsto Portaria nº 68 de 10 de junho de 2019, do Gabinete do Secretário de Habitação do Município de São Paulo, especialmente em relação à revogação do inciso V e o § 3º do artigo 2º, ambos da Portaria nº 131/SEHAB/2015, que previam o atendimento habitacional provisório às pessoas vulneráveis com vistas à proteção, promoção e efetivação do direito à moradia.

Também foram reunidos casos concretos, mediante consulta à carreira, que identificaram a importância da concessão do auxílio para viabilizar o desacolhimento de crianças e adolescentes e o restabelecimento da convivência familiar, garantida constitucionalmente. Foram realizadas ainda reuniões entre agentes e defensores e por fim deliberado pelo ajuizamento de Ação Civil Pública na última reunião ordinária do NEHABURB

3.2. **NOTA TÉCNICA N. 02-2022** – Consoante Ordem de Serviço n.º 01-2021 do CAJUFA (Centro de Apoio aos Juízes das Varas da Fazenda Pública da Capital), foi instituída comissão de peritos com o objetivo de elaborar protocolos básicos, parâmetros, critérios, diretrizes e metodologias para análise de graus de risco para subsidiar a análise de referidas ações, todas relacionados aos riscos em edificações urbanas. A minuta foi encaminhada a este Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, da Defensoria



Pública do Estado de São Paulo, para manifestação, resultando na elaboração de nota técnica com o oferecimento de contribuições, as quais foram submetidas aos senhores peritos e também à análise e deliberação dos magistrados e magistradas da Fazenda Pública.

#### 3.3. NOTA TÉNICA 03/2022 CONSELHO GESTOR COMUNIDADE FUTURO

MELHOR – Em parceria com LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos foi produzida nota técnica abordando a temática dos Conselhos Gestores em áreas demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS-1) em São Paulo.

A nota apresenta como conclusão a necessidade de estabelecimento de limites às deliberações dos Conselhos Gestores, relacionados à proteção de grupos vulneráveis (normalmente vinculados a elementos de legalidade) ou mesmo à priorização na promoção dos direitos e interesses destes grupos (normalmente relacionados a elementos de razoabilidade/proporcionalidade) e oferece recomendações:

- (i) Quanto à composição e condução do Conselho Gestor:
  - Respeito à composição tripartite;
  - Vedação à representação dos proprietários registrários da área;
  - Criação de mecanismos que garantam a igualdade de participação entre os membros do Conselho Gestor de ZEIS: remuneração dos representantes eleitos, disponibilização de apoio técnico e jurídico, previsão de formas adicionais de participação;
  - Previsão de formas complementares de participação;
- (ii) Quanto ao conteúdo da deliberação do Conselho Gestor:
  - respeito à vocação territorial da ZEIS 1;
  - vedação a projetos que não estejam vinculados ao plano de urbanização,



 vedação a projetos que promovam remoções sem garantir a permanência da população atingida.

3.4. **NOTA TÉCNICA NEHABURB n. 04/2022** – NOVO GAORP – A nota oferece posicionamento crítico a respeito da política jurisdicional de tratamento e mediação de conflitos fundiários que envolvam população em situação de vulnerabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, além da análise da compatibilidade da Portaria n. 10.097/2022, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que mantem o Grupo de Apoio às Ordens de Reintegração de Posse, com alterações para atendimento da decisão na Quarta Tutela Provisória Incidental na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 828 – Distrito Federal. Diagnóstico e apontamentos.

#### 4. EVENTOS ORGANIZADOS PELO NÚCLEO

**4.1.** INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL - Ementa: O curso se propõe à capacitação e à construção de uma leitura crítica e de atuação prática no âmbito da política pública habitacional, que leve em consideração a Interseccionalidade e notadamente a caracterização dos perfis de raça e gênero, para que seja possível romper com a ideia de uma sujeito universal, enfrentando, no âmbito do direito à moradia e acesso à cidade, as desigualdades decorrentes do racismo e machismo estrutural.

Disponível em: https://www.voutube.com/watch?v=P95j3-gBn-E

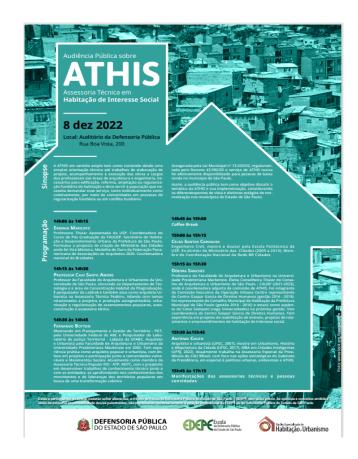




3.1. AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ATHIS (ASSESSORIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL) - realizada com o objetivo de discutir a temática da ATHIS e sua implementação, considerando os diferentes pontos de vista e distintos estágios de normatização nos municípios do Estado de São Paulo.

Cabe salientar que o Núcleo de Habitação já desenvolve atividades específicas relacionadas à temática da ATHIS, à exemplo da ação civil pública relacionada à ocupação São João, 588 e também o acompanhamento do Plano Popular para o Futuro Melhor.





**Disponível em:** <a href="https://www.youtube.com/live/B-1t1nLCcg8?feature=share">https://www.youtube.com/live/B-1t1nLCcg8?feature=share</a>

Participantes presenciais: 32

3.2. DIÁLOGOS SOBRE CIDADES ANTIRRACISTAS. A atividade, ocorrida na Ocupação dos Queixadas, em Cajamar, serviu como um aquecimento para a 7ª Jornada da Moradia Digna. Também compareceram a ouvidora-geral, Camila Marques, e Vanessa Vieira, coordenadora do Núcleo da Igualdade Racial, que organizou o evento.





# 4. PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO EM EVENTOS EXTERNOS

Data	Local	Organizadores	Evento
25/08/2022	Defensoria	Comissão de	Reunião ordinária da comissão e
e 26/08/22	Pública do Rio	Moradia do	evento sobre o tema do Termo
	de Janeiro	CONDEGE	Territorial Coletivo
09/09/2022	Capacitação	Comissão de	Capacitação para atuação no
	Triagem	Direitos Humanos	primeiro atendimento especializado
			da capital
28/09/22	Escola	EPD	Curso de Direitos Fundamentais
	Paulista da		
	Magistratura		
04/10/22	Escola da		Curso Defensoras/es Populares do



	Cidadania		Direito à moradia
13/10/2022	Ocupação São	Ouvidoria e	Roda de conversa presencial
	João, 588	Moradores	
06/10/2022	Boa Vista, 150	Defensoria Pública	Encontro de Coordenadores
		Geral	
20/20/22	Fundação	Centro Acadêmico	
	Getúlio	da FGV	
	Vargas		
22/10/2022	Associação	Labcidade + BR	Oficina Conselho Gestor da
	Futuro	Cidades +	Comunidade Futuro Melhor
	Melhor	Associação	
17/11/2022	ALESP	ALESP	Audiência Pública Participação
			Social no Plano Diretor
18/11/2022	Curso de	EDEPE	Gênero e Moradia – Mulheres e
	Formação de		Acesso à Cidade
	Defensoras e		
	Defensores -		
21/11/2022	IBDU	IBDU	Curso de Regularização Fundiária
	(Instituto		
	Brasileiro de		
	Direito		
	Urbanístico)		
11/12/2022	Circo Escola	NEHABUR,	3 Encontro de Favelas e Ocupações
	Grajaú	PEABIRU,	da Zona Sul
		Movimentos Sociais	



#### 5. ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA

- 5.1. Atividades desenvolvidas pela agente socióloga Marielen Alberini, anotando o afastamento no período de afastamento acadêmico entre 05 de setembro a 18 de novembro de 2022 e gozo de férias entre 21 de novembro a 20 de dezembro de 2022.
- > 09/01/2023 Defensor da Unidade Santos (Felipe Pires Pereira) Suporte ao Defensor Público da Unidade Santos, que questionou o NHU acerca dos parâmetros que deveriam ser utilizados no momento do cadastramento socioeconômico para fins de habitação social.
- ➤ 10/01/2023 Agente Assistente Social do NUDDIR (Tarcísio Rinaldo) Suporte ao Agente Assistente Social do NUDDIR, que questionou as agentes do NHU sobre os programas habitacionais existentes na cidade de São Paulo.
- 01/08/2022 Processo 1000057-98.2021.8.26.0540 Parecer socioeconômico, Comunidade Edifício São Caetano "Di Thiene", São Caetano do Sul.
- ➤ 12/08/2022 Processo 1047295-78.2021.8.26.0002 Parecer socioeconômico Ocupação Nova Fortaleza (Vila Marcelo), Zona Sul da Capital.
- 16/08/2022 Relatório/Manifestação Instituição da Comissão de Peritos e Elaboração de
- Manual de Perícias no âmbito do Centro de Apoio às/aos Juízas/es da Fazenda Pública (CAJUFA).
- > 02/09/2022 Processo 1002885-18.2022.8.26.0157 Elaboração de Relatório Socioeconômico Vila Caic, Cubatão.

Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo



#### 5.2. Atividades desenvolvidas pela arquiteta Tatiana Zamoner:

Data da atividade	Núcleo Especializado	Agente(s) de Defensoria que realizou(aram) a atividade	Tipo de Produção	Outras informações
13/07/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Relatório	Elaboração de roteiro para produção de vídeo sobre ZEIS: conceitos e localização de ZEIS na plataforma geosampa.
				Instruções para acionar o convênio com o CAU e entrar em contato com profissionais inscritos.
13/07/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Estudo	suporte para unidade de Osasco. Via coordenação.
09/08/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Parecer	Elaboração de relatório sobre normas para produção de laudos em resposta à solicitação de defensor da unidade de São José do Rio Preto para questionamento de laudo técnico produzido no âmbito do convênio entre DPESP e CAU SP.
09/00/2022	Orbanismo	Tatiana Zamonei	raiecei	PA 25/2007 Processo
	Habitação e			0016611-
16/08/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Parecer	05.2019.8.26.0053



				, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
				OBJETIVO: ANÁLISE DO
				"RELATÓRIO DOS
				CASOS DO JARDIM
				APURA CASO A CASO
				APONTADOS PELA
				LIDERANÇA, ATRAVÉS
				DA DEFENSORIA
				PÚBLICA". SEI
				6021002548172502022.
				Produção de resposta e
				questionamentos em
				relação ao relatório
				produzido pelo
				município de São Paulo
				para a ACP que trata do
				processo de
				regularização fundiária
				do Jardim Apurá.
				processo nº 1004619-
				58.2018.8.26.0152, do
				Foro de Cotia
				Perícia - Reintegração
				de posse - Reserva dos
				Victor
			Instruções em	Manifestação em
	Habitação e		Processo	relação ao
05/09/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Administrativo	agendamento de perícia
				Relatório de vistoria
				Vila Caic - Cubatão
	Habitação e			(processo 1002885-
06/10/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Relatório	18.2022.8.26.0157)
				processo é o nº
				1007606-
				10.2017.8.26.0053
				Polder Vila Itaim
				Análise de documentos
				técnicos e propostas de
				encaminhamento
			Instruções em	S.I.G. IIIIII GIAIGIICO
	Habitação e		Processo	
09/09/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Administrativo	
12/09/2022	Habitação e	Tatiana Zamoner	Parecer	PA 06/2022



	Urbanismo			VIII Plano de Atuação -
				Proposta 5.3 -
				Fiscalização da
				classificação da
				Regularização Fundiária
				Urbana peloMunicípio
				OBJETIVO: Análise das
				ações promovidas pelo
				município de São Paulo
				para a implementação
				do objetivo previsto no
				PDE de Promover a
				regularização e a
				urbanização de
				assentamentos
				precários
				Elaboração de
				questionamentos para a
				prefeitura de São Paulo
				sobre o programa de
				regularização fundiária
				no município, em
				especial das
				regularizações de
	Habitação e			interesse social (REURB-
15/09/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Quesito	S).
				ASSUNTO: PREVISÃO DE
				EQUIPAMENTOS LOTE
				12 PPP
				OBJETIVO: ANÁLISE DA
				RESPOSTA DA COHAB
				AO OFÍCIO 049/2022
				QUE TRATA DA
				PREVISÃO DE
				EQUIPAMENTOS
				PÚBLICOS PARA O LOTE
				12 DAS PPPs, DE
				ACORDO COM O EDITAL
	Habitação e			DE CONCORRENCIA nº
26/09/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Parecer	COHAB-SP 001/2018.
				PROCESSO 0022313-
	Habitação e			63.2018.8.26.0053 PA
03/10/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Relatório	04/2013



				ANALISE DE ENCAMINHAMENTOS TÉCNICOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ETAPAS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE PROGRESSO
				Análise de Resposta ao Ofício DPE-DOL № 7536995/2022 Suporte técnico Defensoria Pública Regional de Habitação e Urbanismo
				6ª Defensoria Pública de Itapevi
				Defensor Rafael
13/10/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Relatório	Negreiros Dantas de Lima
17/10/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Relatório	Compilação de informações e relatórios produzidos para os processos acompanhados pelo Nucleo de Habitação no município de Salesópolis para parceria com o projeto de extensão do IAU-USP
				Esclarecimentos a respeito do relatório
			Instruções em	produzido para o Processo 1001700-
19/10/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Processo Administrativo	47.2020.8.26.0663 - CHÁCARA PROGRESSO
13/10/2022	OT DUTIESTITO	raciana zamonei	Administrativo	Processo 1021603-
	Habitação e			56.2016.8.26.0001
10/11/2022	Urbanismo	Tatiana Zamoner	Relatório	Reintegração de Posse



				Objeto: Lotes remanescentes das Glebas A e B – Conjunto habitacional Jova Rural
14/12/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Instruções em Processo Administrativo	Estudo de processo de ocupação Processo 1002181- 44.2018.8.26.0157 Cubatão
16/12/2022	Habitação e Urbanismo	Tatiana Zamoner	Relatório	Análise resposta do perito em processo de pericia judicial Jd. Jaqueline PROCESSO 1005330-27.2016.8.26.0704

#### 6. ATUAÇÃO DO NE-HABURB NO INTERIOR E NA GRANDE SÃO PAULO

O Núcleo atende **187 comunidades (cento e oitenta e sete)** em **63 (sessenta e três)** comarcas do interior e da Grande São Paulo, diante da inexistência de Unidade instalada da Defensoria Pública. Atua em **279 (duzentos e setenta e nove)** processos originários (desconsiderando o tombamento autônomo de agravos e recursos pelo sistema do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

#### MONITORAMENTO - COMARCAS DO INTERIOR E GR. SÃO PAULO

<u>nº</u>	<u>PA</u>	COMARCA	COMUNIDADE / INTERESSADO	PROCESSOS
-----------	-----------	---------	-----------------------------	-----------



1	103 2008	Franco da Rocha	Parque Pretória	1001323.50.2019.8. 26.0198 2186805- 66.2019.8.26.0000
<u>2</u>	<u>142 2008</u>	Franco da Rocha	Comunidade 4ª Colônia	0011794- 31.2008.8.26.0198 ARE 719.261/STF
3	148_2008	Rio Grande da Serra	Comunidade da Vila Figueiredo	AgRg 994.08.154326-6 0004512- 67.2008.8.26.0512 1052411- 82.2016.8.26.0053
4	151/2008	Ibiúna	Comunidade da Vila Campestre (Jurupará)	1052411- 82.2016.8.26.0053
<u>5</u>	<u>62 2009</u>	Poá	Moradores de Poá	0006914- 77.2008.8.26.0462
<u>6</u>	<u>01 2010</u>	Vinhedo	Vila da Conquista	0005467- 16.2006.8.26.0659 0000352- 72.2010.8.26.0659
7	<u>09 2010</u>	Peruíbe	União dos Moradores da Juréia	0322662- 36.2010.8.26.0000
8	<u>38 2010</u>	São Bernardo do Campo	Comunidade Jd. Oliveiras III	0021485- 92.1995.8.26.0564
9	<u>32 2011</u>	Bertioga	Comunidade Vicente de Carvalho	0000751- 83.2005.8.26.0075
<u>10</u>	<u>38 2012</u>	Caraguatatuba	Caraguatatuba	126.01.1978.00000 5-6 0000005- 10.1978.8.26.0126 1000518- 27.2016.8.26.0126



<u>11</u>	<u>67 2012</u>	Campinas	Bairro Santa Rita de Cassia	1003120- 56.2018.8.26.0114
			São José dos Campos Pinheirinho  Sumaré Ocupação SOMA  Arujá Parque Rodrigo Barreto	2129301- 05.2019.8.26.0000
				0108868- 24.2013.8.26.0000
<u>12</u>	<u>20 2013</u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Pinheirinho	0009769- 96.2013.8.26.0577
				Reclamação 38915
				0008497- 20.2012.8.26.0604
<u>13</u>	<u>75 2013</u>	Sumaré	Ocupação SOMA	1008001- 66.2015.8.26.0604
<u>14</u>	<u>08 2015</u>	Arujá	_	0007575- 36.2014.8.26.0045 NÃO TEM RECURSO
				0001288- 98.2013.8.26.0075
<u>15</u>	<u>09 2015</u>	Bertioga	Vista Linda	2210746- 11.2020.8.26.0000
				1000550- 54.2017.8.26.0075
				0000018- 83.1995.8.26.0523
<u>16</u>	<u>16 2015</u>	Salesópolis	Comunidade PROLOP	NÃO TEM RECURSO
<u>17</u>	<u>18 2015</u>	Bertioga	Plano diretor da	0002143- 09.2015.8.26.0075
			Cidade de Bertioga	0002687- 94.2015.8.26.0075



				NÃO TEM RECURSO
<u>18</u>	<u>22 2015</u>	Ferraz de Vasconcelos	Vila Santa Margarida	0003151- 23.1999.8.26.0191 0004370- 90.2007.8.26.0191
10	21 2015	D- 4	Cidade Kemel  Parque Estadual Restinga de Bertioga - PERB  Loteamento Chico Rita – Capela Nova  Áreas de Risco de Poá - Jardim Débora  Jardim Suzanópolis  Loteamento Bairro Grama	1005035- 71.2015.8.26.0462
<u>19</u>	<u>31 2015</u>	Poá		1003599- 48.2013.8.26.0462
				0003255- 86.2010.8.26.0075
<u>20</u>	<u>01 2016</u>	Bertioga	Restinga de Bertioga	2252628- 50.2020.8.26.0000
			- PERB	0002970- 20.2015.8.26.0075
				NÃO TEM RECURSO 0001007-
<u>21</u>	<u>04 2016</u>	Salesónolis		59.2013.8.26.0523
	<u> </u>	Salesopolis Rita	Rita – Capela Nova	NÃO TEM RECURSO
<u>22</u>	<u>07 2016</u>	Poá		1000848- 83.2016.8.26.0462
			,	000046222.1999.8. 26.0606
<u>23</u>	<u>08 2016</u>	Suzano	Jardim Suzanópolis	NÃO TEM RECURSO
<u>24</u>	<u>10 2016</u>	Salesópolis		0000190- 24.2015.8.26.0523
			Grailla	NÃO TEM RECURSO
				0000830-
			Loteamento Vila	95.2013.8.26.0523
<u>25</u>	<u>11_2016</u>	Salesópolis	Adhemar	RECURSOS ARQUIVADOS
<u>26</u>	<u>12 2016</u>	Bertioga	Nova Jucá	0003135- 67.2015.8.26.0075



<u>27</u>	<u>17 2016</u>	Salesópolis	Loteamento Bracaiá	0000834- 64.2015.8.26.0523 NÃO TEM RECURSO
<u>28</u>	<u>21 2016</u>	Itapevi	Linha B, km 33	0002731- 25.2006.8.26.0271 NÃO TEM RECURSO
<u>29</u>	<u>22 2016</u>	Itapevi	Rua André Cavanha s/nº	0003754- 06.2006.8.26.0271 NÃO TEM RECURSO
<u>30</u>	<u>29 2016</u>	Embu das Artes	Estrada Moraes (CV)	1001014- 37.2015.8.26.0176
<u>31</u>	<u>32 2016</u>	Louveira	Estrada do Vassoural (CV)	1000779- 73.2016.8.26.0681
32	<u>34 2016</u>	Igarapava	Av. Francisco Batista de Souza (CV)	1002594- 64.2016.8.26.0242
33	<u>35 2016</u>	São Pedro	Serelepe ou Samambaia (CV)	0003873- 17.2014.8.26.0584
<u>34</u>	<u>36 2016</u>	Salesópolis	Loteamento Núcleo Rosângela (CV)	1000138- 74.2016.8.26.0523
35	37_2016	Cubatão	Vila Caic - Cubatão	1002885- 18.2022.8.26.0157
<u>36</u>	<u>38 2016</u>	Poá	Vila São João (CV)	1004476- 80.2016.8.26.0462
_			, ( )	1004735- 80.2013.8.26.0462
			Jardim Nova Poá	1004644- 82.2016.8.26.0462
<u>37</u>	<u>39 2016</u>	Poá	(CV)	1004822- 36.2013.8.26.0462
<u>38</u>	<u>40 2016</u>	Poá	Jardim Áurea (CV)	1002795-



				80.2013.8.26.0462
<u>39</u>	08 2017	Embu das Artes	Terreno CDHU Embu das Artes (CV)	1002296- 76.2016.8.26.0176
<u>40</u>	09_2017	Itapevi	Rua Japi (CV)	1007030- 76.2016.8.26.0271
<u>41</u>	<u>17_2017</u>	Ferraz de Vasconcelos	Cidade de Deus (CV)	1002288- 49.2019.8.26.0191
		, as con cons		1002038- 21.2016.8.26.0191
<u>42</u>	<u>18 2017</u>	Salesópolis	Bairro Fartura (CV)	3000250- 14.2013.8.26.0523 RECURSOS ARQUIVADOS
43	<u>19 2017</u>	Salesópolis	Bairro Fartura (CV)	0000802- 30.2013.8.26.0523 2035068- 55.2015.8.26.0000
<u>44</u>	<u>27_2017</u>	Salesópolis	Bairro Centro (CV)	0000802- 30.2013.26.0523 0000424- 06.2015.8.26.0523 NÃO TEM RECURSO
<u>45</u>	<u>28 2017</u>	Bertioga	Bertioga (CV)	1001649- 93.2016.8.26.0075
<u>46</u>	<u>30_2017</u>	Embu das Artes	Rua Cantor (CV)	1001397- 15.2015.8.26.0176
<u>47</u>	<u>33 2017</u>	Ferraz de Vasconcelos	Ferraz de Vasconcelos (CV)	0005085- 74.2003.8.26.0191 2133035- 32.2017.8.26.0000
<u>48</u>	<u>34 2017</u>	Itapevi	Rua Alpha(CV)	1002693- 10.2017.8.26.0271
<u>49</u>	<u>35 2017</u>	Itapevi	Condomínio Vida Nova (CV)	1004890- 06.2015.8.26.0271
<u>50</u>	<u>36_2017</u>	Cotia	Comunidade Mandelinha (CV)	0004596- 42.2012.8.26.0152



<u>51</u>	<u>37 2017</u>	Embu das Artes	Savoy (CV)	1004521- 35.2017.8.26.0176
<u>52</u>	<u>39 2017</u>	Poá	Estrada do Paredão (CV)	0003518- 29.2007.8.26.0462
<u>53</u>	<u>40 2017</u>	Rio Claro	Conjunto Habitacional "Viver	2299236- 38.2022.8.26.0000 1004502- 21.2022.8.26.0510 2015496-
			Melhor"	1007904- 81.2020.8.26.0510
<u>54</u>	41 2017	Rio Grande da Serra	Pedreira (CV)	1000022- 33.2018.8.26.0512
<u>55</u>	43 2017	Ferraz de Vasconcelos	Jardim Soeiro	1016110- 44.2013.8.26.0053
<u>56</u>	44 2017	Bertioga	1002485- 32.2017.8.26.0075 (CV)	1002485- 32.2017.8.26.0075
<u>57</u>	45_2017	Itapecerica da Serra	Jardim Pinheirinho	0004601- 75.2010.8.26.0268
<u>58</u>	<u>04 2018</u>	Salesópolis	Bairro São Sebastião Fartura	1000323- 44.2018.8.26.0523
<u>59</u>	<u>07 2018</u>	São Sebastião	Comunidade Tropicanga	0000103- 37.1996.8.26.0587
<u>60</u>	<u>11 2018</u>	Várzea Paulista	Comunidade Sítio do Moro	1000658- 89.2017.8.26.0655
<u>61</u>	<u>12 2018</u>	Bertioga	Comunidade Tibiriçá	0001354- 93.2004.8.26.0075 0000958- 28.2018.8.26.0075



				2089240- 68.2020.8.26.0000
<u>62</u>	<u>13 2018</u>	Bertioga	Vila Tupi - Bertioga	1001164- 88.2019.8.26.0075 2189200- 31.2019.8.26.0000 2071553- 78.2020.8.26.0000
<u>63</u>	<u>15 2018</u>	Cajamar	Rua Bento Chagas(CV)	1001285- 85.2017.8.26.0108
<u>64</u>	<u>17 2018</u>	Ibitinga	Iacanga - MST (CV)	0000638- 77.2018.8.26.0236
<u>65</u>	<u>18 2018</u>	Valinhos	Marielle Vive (CV)	1001352- 39.2018.8.26.0650 2187005- 73.2019.8.26.0000
<u>66</u>	<u>23 2018</u>	Itapevi	Itapevi (CV)	1006473- 55.2017.8.26.0271
<u>67</u>	27_2018	Ibitinga	Avenida Luiz Francischini (CV)	1001584- 03.2016.8.26.0236
<u>68</u>	<u>28_2018</u>	Ferraz de Vasconcelos	Travessa Carlos José Schiavinati (CV)	1002467- 51.2017.8.26.0191
<u>69</u>	<u>29 2018</u>	Itaporanga	Can- Can MST (CV)	0002484- 90.2010.8.26.0275 1000623- 71.2018.8.26.0275 1000633- 18.2018.8.26.0275
<u>70</u>	<u>31 2018</u>	Cunha	Área de Risco de Cunha (CV)	0000049- 06.2010.8.26.0159
<u>71</u>	<u>33 2018</u>	Taboão da Serra	Taboão da Serra (CV)	1007262- 44.2016.8.26.0609



<u>72</u>	<u>44 2018</u>	Itapecerica da Serra	Jardim Horizonte Azul	1005204- 53.2018.8.26.0268 1001882- 88.2019.8.26.0268
<u>73</u>	<u>45 2018</u>	Embu das Artes	Rua Cantor(CV)	1003750- 91.2016.8.26.0176
<u>74</u>	<u>47 2018</u>	Igarapava	Iguarapava- SP(CV)	1001144- 18.2018.8.26.0242
75	<u>01 2019</u>	São Bernardo do Campo	Decretos sobre o Sistema de Recuperação Territorial – São Bernardo do Campo	2058670- 02.2020.8.26.0000
<u>76</u>	<u>02 2019</u>	Embu das Artes	Embu das Artes (CV)	0002633- 10.2001.8.26.0176
<u>77</u>	<u>04 2019</u>	Itapevi	Reintegração de posse Itapevi (CV)	0005749- 78.2011.8.26.0271 NÃO TEM RECURSO
<u>78</u>	<u>05 2019</u>	Mogi Guaçu	Reintegração de Posse Mogi-Guaçu (CV)	1008055- 74.2018.8.26.0362
<u>79</u>	<u>10 2019</u>	Hortolândia	Condomínio Monte Claro (CV)	1003201- 19.2016.8.26.0229
80	<u>12_2019</u>	Lençóis Paulista	1003158- 35.2018.8.26.0319 (CV)	1003158- 35.2018.8.26.0319
<u>81</u>	<u>17 2019</u>	Cajamar	1001698- 98.2017.8.26.0108 (CV)	1001698- 98.2017.8.26.0108
82	<u>18_2019</u>	Vargem Grande Paulista	1001442- 35.2018.8.26.0654 (CV)	1001442- 35.2018.8.26.0654
83	<u>19 2019</u>	Suzano	1007716- 62.2018.8.26.0606 (CV)	1007716- 62.2018.8.26.0606
84	<u>20 2019</u>	Itaporanga	Fazenda Can Can – Acesso à cidade	1000053- 17.2020.8.26.0275 3002754-



				29.2021.8.26.0000
				0000218- 81.2020.8.26.0275
<u>85</u>	<u>21 2019</u>	Queluz	015198- 87.2011.8.26.0068 (CV)	1000546- 05.2018.8.26.0488
		Pirapora do		0015198- 87.2011.8.26.0068
<u>86</u>	<u>23 2019</u>	Bom Jesus	Parque Paiol I	1005561- 89.2019.8.26.0529
			0	2252230- 69.2021.8.26.0000
87	25_2019	Cajamar	Ocupação dos Queixadas - Cajamar - SP (novo CPC)	2259057- 96.2021.8.26.0000
			- 31 (11000 G1 G)	1001940- 86.2019.8.26.0108
88	29_2019	Viradouro	Reintegração de posse – Viradouro (Novo CPC)	1000799- 25.2019.8.26.0660
				0000566- 41.2019.8.26.0338
89	31_2019	Mairiporã	Mairiporã (Novo CPC)	2210409- 22.2020.8.26.0000
90	32_2019	Cotia	Cotia (Novo CPC)	1004619- 58.2018.8.26.0152
90	32_2019	Coud	Cotta (Novo GFG)	2009651- 56.2022.8.26.0000
91	33_2019	São Sebastião	São Sebastião (Novo CPC)	0000026- 09.1988.8.26.0587
92	34_2019	Embu-Guaçu	Fazenda Santo Onofre (Novo CPC)	1001073- 35.2018.8.26.0268



93	37_2019	Jacareí	Plano Diretor Jacareí (SUPORTE)	1010047- 86.2018.8.26.0292
94	38_2019	Itapevi	Itapevi (Novo CPC)	1002611- 47.2015.8.26.0271
95	41_2019	Francisco Morato	Francisco Morato (Novo CPC)	1006602- 54.2018.8.26.0197
96	01_2020	Suzano	Suzano (novo CPC)	0001704- 74.2003.8.26.0606
97	06_2020	Salesópolis	Bairro Paladino (Fartura) - Salesópolis	0000630- 20.2015.8.26.0523
98	07_2020	Itapevi	Itapevi(Novo CPC)	1005356- 68.2013.8.26.0271
99	08_2020	Suzano	ACP Loteamento "Fazenda Viaduto"	0008041- 64.2012.8.26.0606
100	09_2020	Salesópolis	ACP nº 1000274- 03.2018.8.26.0523	1000274- 03.2018.8.26.0523
101	11_2020	Salesópolis	Bairro Bueno-José cândido	0001006- 74.2013.8.26.0523
102	12_2020	Salesópolis	Bairro Venerando	0000680- 46.2015.8.26.0523
103	18_2020	Barueri	Reintegração de posse. Barueri.	1013930- 05.2016.8.26.0068
			posse. Bur dern	0012677- 91.2019.8.26.0068
104	19_2020	Salesópolis	Salesópolis - Loteamento José Egídio	0000679- 61.2015.8.26.0523
105	20_2020	Itapevi	Reintegração de Posse. Itapevi (Custos Vulnerabilis)	1004397- 87.2019.8.26.0271



				2029405- 18.2021.8.26.0000
106	23_2020	Itapecerica da Serra	Reintegração de Posse - 1001944- 31.2019.8.26.0268 (Novo CPC)	1001944- 31.2019.8.26.0268
107	24_2020	Caieiras	Favela dos Cristais (Novo CPC)	0001142- 95.2012.8.26.0106
108	25_2020	Bertioga	Reivindicatória Bertioga - Processo n.º 1000614- 64.2017.8.26.0075 (Novo CPC	1000614- 64.2017.8.26.0075
109	26_2020	Itapeva	Reintegração de Posse 1000005- 84.2020.8.26.0622 - Itapeva (Novo CPC)	1000005- 84.2020.8.26.0622
			Reintegração de Posse Araras-	1002159- 81.2020.8.26.0038
110	27_2020	ARARAS	1002159- 81.2020.8.26.0038 (Novo CPC)	2224080- 15.2020.8.26.0000
111	30_2020	Votorantim	Reintegração de Posse - Votorantim - 1001700- 47.2020.8.26.0663 (Novo CPC)	1001700- 47.2020.8.26.0663
112	31_2020	Ribeirão Pires	Regularização Fundiária Favela em Ribeirão Pires	1002354- 23.2020.8.26.0505



				2173408- 66.2021.8.26.0000
113	32_2020	Araras	Dívida Condominial e PMCMV - Araras- SP	1004055- 62.2020.8.26.0038 2207165- 85.2020.8.26.0000
114	33/2020	Salesópolis	Salesópolis - ACP nº 1000151-34.2020.8.26.0523	1000151- 34.2020.8.26.0523
115	36/2020	Cotia	Vila Clara - Cotia-SP. Reintegração de Posse nº 0011275- 63.2009.8.26.0152	Vila Clara - Cotia-SP. Reintegração de Posse nº 0011275- 63.2009.8.26.0152
				1000727- 17.2020.8.26.0300
116	37_2020	Jardinópolis	Acampamento MST - Jardinópolis/SP	2034626- 79.2021.8.26.0000 1000307- 12.2020.8.26.0300
				2299561- 81.2020.8.26.0000
117	01_2021	Artur Nogueira	Loteamento Irregular - Artur Nogueira Proc. n. 1001267- 73.2016.8.26.0666	1001267- 73.2016.8.26.0666
118	03_2021	Itapecerica da Serra	Reintegração de posse - Itapecerica da Serra	1001320- 84.2016.8.26.0268
119	04_2021	Miracatu	ACP Miracatu	1000170-30- 2018.8.26.0355
120	2875961	Votorantim		1002896- 52.2020.8.26.0663
				2048180- 81.2021.8.26.0000
121	07_2021	São caetano do Sul	Reintegração de Posse. São Caetano	2116945- 07.2021.8.26.0000



			do Sul.	1000048- 39.2021.8.26.0540 2107249- 44.2021.8.26.0000 2128419- 72.2021.8.26.0000 2128552- 17.2021.8.26.0000 1000057- 98.2021.8.26.0540 1000061- 38.2021.8.26.0540
122	09_2021	Cotia	Reintegração de Posse - Cotia	0000809- 10.2009.8.26.0152
123	10_2021	Itupeva	Reintegração de Posse Itupeva.	1002468- 75.2014.8.26.0309
124	11_2021	Itapevi	Reintegração de Posse Itapevi	1000982- 28.2021.8.26.0271
125	12_2021	Embu das Artes	Reintegração de Posse Embu das Artes	1005969- 38.2020.8.26.0176 2169011- 61.2021.8.26.0000 2172521- 82.2021.8.26.0000
126	13_2021	Pirapozinho	Fazenda São Domingos - Sandovalina (CV)	1001031- 96.2021.8.26.0456 2149975- 33.2021.8.26.0000
127	14_2021	Ribeirão Pires	Reintegração de Posse Ribeirão Pires	2215350- 78.2021.8.26.0000 1002180- 14.2020.8.26.0505



128	15_2021	Itapecerica da	Reivindicatória	1005078-
	_	Serra	Itapecerica da Serra	32.2020.8.26.0268
129	16_2021	Barueri	Reintegração de Posse Barueri	1007143- 18.2020.8.26.0068
			Reintegração de	18.2020.8.26.0068
130	18_2021	Cerqueira César	Posse. Cerqueira CesarProc. 1000114- 38.2019.8.26.0136 (Novo CPC)	1000114- 38.2019.8.26.0136
			Reintegração de Posse. Santana de	1003555- 41.2021.8.26.0529
131	20_2021	Santana de Parnaíba	Posse. Santana de Parnaíba.1003555- 41.2021.8.26.0529 (CV)	2252194- 27.2021.8.26.0000
			"Reintegração de Posse. Ribeirão	1001641- 48.2020.8.26.0505
132	21_2021	Ribeirão Pires	Pires. 1001641- 48.2020.8.26.0505 (CV)"	2213655- 89.2021.8.26.0000
			Reintegração de Posse. Francisco	1001485- 77.2021.8.26.0197
133	22_2021	Francisco Morato	Morato. 1001485- 77.2021.8.26.0197 (CV)	2223782- 86.2021.8.26.0000
		rul da	Reintegração de Posse. Embu das	1005818- 43.2018.8.26.0176
134	23_2021	Embu das Artes	Artes. 1005818- 43.2018.8.26.0176 (CV	2043824- 43.2021.8.26.0000
135	25_2021	Embu das Artes	"Reintegração de Posse. Embu das Artes. 1004588-	1004588- 92.2020.8.26.0176
		711 (63	92.2020.8.26.0176 (CV)",	2272157- 21.2021.8.26.0000
			"Reintegração de	1000224-
136	26_2021	Campo Limpo	Posse. Campo Limpo	32.2021.8.26.0115
130	20_2021	paulista	Paulista. 1000224-	2236999-
			32.2021.8.26.0115	02.2021.8.26.0000



			(CV)",	
137	24_2021	Pitangueiras	"Reintegração de Posse. Pitangueiras. 1002106- 06.2017.8.26.0459 (CV)",	1002106- 06.2017.8.26.0459
138	27_2021	Pirapozinho	Reintegração de Posse. Pirapozinho. 1001626- 95.2021.8.26.0456	1001626- 95.2021.8.26.0456 2248420- 86.2021.8.26.0000
139	28_2021	Mirante do Paranapanema	(CV) Reintegração de Posse. Mirante do Paranapanema. 1000009- 04.2021.8.26.0585 (CV)",	1000009- 04.2021.8.26.0585
140	29_2021	Votorantim	"Reintegração de Posse. Votorantim. 1000003- 85.2020.8.26.0567 (CV)",	1000003- 85.2020.8.26.0567
141	30_2021	Campo Limpo Paulista	"Reintegração de Posse. Campo Limpo Paulista. 1001727- 59.2019.8.26.0115 (CV)	1001727- 59.2019.8.26.0115
142	31_2021	Taboão da Serra	Reintegração de Posse. Taboão da Serra. 1006015- 23.2019.8.26.0609 (CV)",	1006015- 23.2019.8.26.0609
143	33_2021	Taboão da Serra	Reintegração de Posse. Taboão da Serra. 1004451- 09.2019.8.26.0609 (CV)	1004451- 09.2019.8.26.0609
144	34_2021	Embu das Artes	Reintegração de Posse. Embu das Artes. 0005912-	0005912- 13.2015.8.26.0176



			13.2015.8.26.0176 (CV)	
145	35_2021	Presidente Bernardes	Interdito Proibitório. Presidente Bernardes. 1001238- 23.2021.8.26.0480 (CV)	1001238- 23.2021.8.26.0480
146	36_2021	Lorena	Ação Demolitória. Lorena. 1001659- 96.2021.8.26.0323 (CV)	1001659- 96.2021.8.26.0323
147	07/2022	Pirapozinho	Reintegração de posse. Pirapozinho. 1000344- 85.2022.8.26.0456 (Novo CPC)	1000344- 85.2022.8.26.0456 2051793- 75.2022.8.26.0000
148	08/2022	Presidente Bernardes	Reintegração de posse. Presidente Bernardes. 1000114- 68.2022.8.26.0480	1000114- 68.2022.8.26.0480 2045240-
149	09/2022	Presidente Bernardes	(Novo CPC)  Iterdito Proibitório. Presidente Bernardes. 1000230- 74.2022.8.26.0480 (CV)	12.2022.8.26.0000 1000230- 74.2022.8.26.0480
150	10/2022	Presidente Bernardes	Reintegração de posse. Presidente Bernardes. 1000010- 58.2022.8.26.0583 (CV)	1000010- 58.2022.8.26.0583
151	11/2022	Presidente Bernardes	Interdito Proibitório. Presidente Bernardes. 1000252- 35.2022.8.26.0480	1000252- 35.2022.8.26.0480



			(CV)	
152	12/2022	Presidente Bernardes	Interdito Proibitório. Presidente Bernardes (Agropecuária Modelo). 1000229- 89.2022.8.26.0480 (CV)	1000229- 89.2022.8.26.0480
153	13/2022	Presidente Bernardes	Interdito Proibitório. Presidente Bernardes (Fazenda Sant'anna). 1000251- 50.2022.8.26.0480 (CV)	1000251- 50.2022.8.26.0480
154	14/2022	Presidente Prudente	Reintegração de Posse. Presidente Prudente (Fazenda Vitória). 1000008- 88.2022.8.26.0583 (CV)	1000008- 88.2022.8.26.0583
155	15/2022	Presidente Bernardes	Reintegração de posse. Presidente Bernardes. 1000231- 59.2022.8.26.0480 (Novo CPC)	1000231- 59.2022.8.26.0480
156	16/2022	Presidente Bernardes	Reintegração de posse. Presidente Bernardes. 1000011- 43.2022.8.26.0583 (Novo CPC)	1000011- 43.2022.8.26.0583
157	17/2022	Presidente Bernardes	Reintegração de posse. Presidente Bernardes. 1000228- 07.2022.8.26.0480	1000228- 07.2022.8.26.0480



			(Novo CPC)	
158	18/2022	Presidente Bernardes	Reintegração de posse. Presidente Bernardes. 1000227- 22.2022.8.26.0480 (Novo CPC)	1000227- 22.2022.8.26.0480
159	2453551/2022	Presidente Bernardes	Interdito Proibitório Presidente Bernardes	1000226- 37.2022.8.26.0480
160	2465198/2022 2453569/2022	Hortolândia	Agravo de Instrumento	0000577- 72.2020.8.26.0229 2066676-
161	2432567/2022	Votorantim		27.2022.8.26.0000 1001046- 26.2021.8.26.0663
162	2444071/2022	Cerqueira Cesar		1000881- 13.2018.8.26.0136 1001129-
163	2444088/2022	Cerqueira Cesar		71.2021.8.26.0136 1002509-71.2- 17.8.26.0136
164	2454997/2022	Salesópolis	ACP	3000251- 96.2013.8.26.0523
165	2454841/2022	Igarapava	Reintegração de Posse	1002582- 50.2016.8.26.0242
166	2465273/2022	Francisco Morato	Reintegração de Posse	1006901- 65.2017.8.26.0197
167	2411086/2022	Itanhaém	Reintegração de Posse	1002983- 64.2022.8.26.0266
168	2477144/2022	Presidente Bernardes	Interdito Proibitório.	1000216- 90.2022.8.26.0480
169	2455769/2022	Presidente Bernardes	Interdito Proibitório. Presidente Bernardes. 1001439- 15.2021.8.26.0480	Ação nº 1001439- 15.2021.8.26.0480



			(CV)	
	2455753/2022		Agravo de Instrumento	Agravo nº 2009864-62.2022.8.26.0000
170	2544171/2022	Cajamar	Desapropriação Indireta - Cajamar	1000684- 06.2022.8.26.0108
171		francisco Morato		0002255- 15.2006.8.26.0197 2295921-
			D : . ~ 1	36.2021.8.26.0000
172	2572789/2022	Mirante do	Reintegração de Posse	1000007- 97.2022.8.26.0585
1/2	2572800/2022	Paranapanema	Agravo de Instrumento	2051807- 59.2022.8.26.0000
173	2552250/2022	Votorantim		1004623- 80.2019.8.26.0663 2193354- 87.2022.8.26.0000
174	2559571/2022	Presidente Bernardes		1000920- 06.2022.8.26.0480
175	2573746/2022	Rosana		1000014- 89.2022.8.26.0585
176	2577908/2022	Doors		1000199- 46.2022.8.26.0515
176	2577918/2022	Rosana		2046766- 14.2022.8.26.0000
177	2444071/2022	Cerqueira César		1000881- 13.2018.8.26.0136 1001129-
				71.2021.8.26.0136
178	2639003/2022	Foro de Presidente Venceslau - 2ª Vara		1000940- 85.2022.8.26.0483
179	2639042/2022	Foro de Rio Grande da		0002664- 06.2012.8.26.0512



		Serra	
180	2644421/2022	Foro de Votorantim - 2ª Vara Cível	1002100- 61.2020.8.26.0663
181	2644557/2022	Foro de Rio Grande da Serra	1000512- 21.2019.8.26.0512
182	2644621/2022	2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente	2171175- 96.2021.8.26.0000
183	2645034/2022	Foro de Rio Grande da Serra	0002664- 06.2012.8.26.0512
184	2648438/2022	Presidente Bernardes	1000232- 44.2022.8.26.0480
185	2650743/2022	Votorantim	1003381- 18.2021.8.26.0663
186	2682986/2022	Cubatão	0008980- 87.1999.8.26.0157
187	2766458/2022	Suzano	1004248- 51.2022.8.26.0606

#### 8. ATUAÇÃO DO NE-HABURB NA CAPITAL

O Núcleo atende **81 (oitenta e uma) comunidades** nos foros regionais da capital. Atua em **155 (cento e cinquenta e cinco)** processos originários (desconsiderando o tombamento autônomo de agravos e recursos pelo sistema do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).



#### MONITORAMENTO - COMARCA DA CAPITAL

_	<u>PA</u>	<u>FORO</u>	<u>INTERESSADO</u>	<u>PROCESSO</u>
				0012547-40.2005.8.26.0053
		FAZENDA		
1	<u>01 2006</u>	PÚBLICA	Chácara Cocaia	0126528-13.2006.8.26.0053
				0100992-63.2007.8.26.0053
				044 (050 06 000 0 0 0050
		FAZENDA	Favela Wilma Flor	0116853-26.2006.8.26.0053
2	15 2007	PÚBLICA	(Vilma Flor)	0061574-45.2012.8.26.0053
	10_2007	7 0 2 2 1 0 1 1	(,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	0027515-51.2000.8.26.0053
				0106403-87.2007.8.26.0053
				0016611-05.2019.8.26.0053
		FAZENDA		
3	<u>25 2007</u>	PÚBLICA	<u>Jardim Apurá</u>	1044440-41.2019.8.26.0053
				ADE 0 1222022 CTI
				AREsp nº 1223823 STJ
		PAZENDA		
<u>4</u>	<u>26 2007</u>	FAZENDA PÚBLICA	Rua Rosa Galvão Bueno	RE com Agravo: 1.135.454.
	<u> </u>	VILA	Movimento de Defesa	THE CONTRIGION OF THE CONTRIGI
5	31 2007	PRUDENTE	dos Favelados	0416645-53.1996.8.26.0009



				0110000 042007 0260052
				0119898-04.2007.8.26.0053
		FAZENDA	Vila Boa Esperança - Jd.	
<u>6</u>	40 2007	PÚBLICA	Guarani	2276353-39.2018.8.26.0000
_		FAZENDA		
<u>7</u>	<u>52 2007</u>	PÚBLICA	Jd. Gaivota	0089916-02.2010.8.26.0000
			Associação Pró-Moradia	
		FAZENDA	do Jardim Metropolitano	
8	<u>62 2007</u>	PÚBLICA	(Cruz das Almas)	0003127-11.2005.8.26.0053
		FAZENDA		
9	<u>66 2007</u>	PÚBLICA	Jardim Edith	0138359-24.2007.8.26.0053
				0107680-41.2007.8.26.0053
		FAZENDA		
<u>10</u>	<u>68_2007</u>	PÚBLICA	Favela da Rocinha	0106566-33.2008.8.26.0053
		FAZENDA		0133469-42.2007.8.26.0053
<u>11</u>	<u>69 2007</u>	PÚBLICA	Vila Caiz	0115525-61.2006.8.26.0053
		FAZENDA		
<u>12</u>	78_2007	PÚBLICA	Favela Boqueirão	0136250-37.2007.8.26.0053
				REsp nº 2017006 / SP.
				•
		FAZENDA	Edifício São Vito e	0108638-27.2007.8.26.0053
	93 2008	PÚBLICA	Mercúrio	
				0616569-87.2008.8.26.0053
<u>13</u>				0010307 07.2000.0.20.0033
13				0010589-24.2000.8.26.0011
11	94 2008	DIMITEDOS	Anoião	
<u>14</u>	94 2008	PINHEIROS		0026527-77-2009.8.26.0000
15	100 2000	FAZENDA	Rua Gerônimo de Abreu	0100507 10 2000 0 20 0050
<u>15</u>	100 2008	PÚBLICA	Vale	0106567-18.2008.8.26.0053
				0112487-70.2008.8.26.0053
		FAZENDA	Favela do Tanque -	Ag. RESP l nº 1.292.334-
<u>16</u>	<u>101 2008</u>	PÚBLICA	Itápolis	SP(2018/0111679-5)
		FAZENDA		
<u>17</u>	102 2008	PÚBLICA	Jd. Vila Formosa	0112488-55.2008.8.26.0053
<u>18</u>	<u>119 2008</u>	FAZEBDA	Favela do Espama	0134135-09.2008.8.26.0053



		PÚBLICA		
		PUBLICA		
				0011595-58.2008.8.26.0020
		FAZENDA		
<u>19</u>	<u>126 2008</u>	PÚBLICA	Jardim Celeste	417547
			Movimento Ação,	0406195-79.1997.8.26.0053
		FAZENDA	Cultura e Ecologia	
<u>20</u>	<u>128 2008</u>	PÚBLICA	(Global São Fransciso)	9062884-78.2001.8.26.0000
		CÍVEL		0039982-47.2009.8.26.0053
<u>21</u>	<u>129 2008</u>	CENTRAL	Rua São Joaquim	0234547-52.1995.8.26.0004
		FAZENDA	Comunidade do	
<u>22</u>	<u>130 2008</u>	PÚBLICA	Pantanal	0123886-96.2008.8.26.0053
				1002046-24.2016.8.26.0053
		FAZENDA	Casarão da Rua do	
<u>23</u>	11 2009	PÚBLICA	Carmo	20318499720168260000
		FAZENDA	Operação Urbana Água	0107680-41.2007.8.26.0053
<u>24</u>	<u>27 2009</u>	PÚBLICA	Espraiada II	0106566-33.2008.8.26.0053
				0019189-04.2020.8.26.0053
				0024680-75.2009.8.26.0053
0.5	04 0000	FAZENDA		2400500 00 0000 0000
<u>25</u>	31 2009	PÚBLICA	Favela do Sapo	2189508-33.2020.8.26.0000
26	22 2000	FAZENDA	C. Ribeirinhas do C.	1022252 50 2010 0 26 0052
<u>26</u>	33 2009	PÚBLICA	Pirajussara (Leme)	1032252-50.2018.8.26.0053
25	45 2000	FAZENDA	N 1 1 1 1	0052446 00 2042 0 26 0052
<u>27</u>	45_2009	PÚBLICA	Nove de Julho	0052446-98.2012.8.26.0053
				0607314-08.2008.8.26.0053
20	40.0000	FAZENDA	r 1: 11 :	0012707-89.2010.8.26.0053
<u>28</u>	<u>49 2009</u>	PÚBLICA	Jardim Flamingo	0012597-46.2010.8.26.0100



				0305838-45.1991.8.26.0007
				0417547-73.1993.8.26.0053
				0117017 701137901012010000
			Moradores do Jardim	
29	50 2009	ITAQUERA	Aurora - Lajeado	2214664-33.2014.8.26.0000
		FAZENDA	,	0039915-14.2011.8.26.0053
<u>30</u>	52_2009	PÚBLICA	Jardim Nova Hebron	0018117-60.2012.8.26.0053
		FAZENDA		0008794-36.2009.8.26.0053
<u>31</u>	175/2009	PÚBLICA	Favela Cocaia I	0033483-57.2003.8.26.0053
		FAZENDA		
<u>32</u>	<u>08 2010</u>	PÚBLICA	Jd. IV Centenário	0056894-17.2012.8.26.0053
		FAZENDA		
<u>33</u>	12 2010	PÚBLICA	Jardim Morgante	0034256-87.2012.8.26.0053
		FAZENDA		
<u>34</u>	<u>04 2011</u>	PÚBLICA	Favela dos Eucalíptos	0037728-33.2011.8.26.0053
				0022492-43.2013.4.03.6100
				0012195-96.2016.8.26.0053
				1021283-15.2014.8.26.0053
		FAZENDA	Entorno do Trecho	
<u>35</u>	<u>06 2011</u>	PÚBLICA	Norte e Rodoanel	2203326-62.2014.8.26.0000
				1043781-08.2014.8.26.0053
0.6		FAZENDA	_ , _ , ,	
<u>36</u>	<u>11 2011</u>	PÚBLICA	Favela Fazendinha	0015923-09.2020.8.26.0053
0-		FAZENDA		
<u>37</u>	21A 2011	PÚBLICA	Comunidade da Paz	0022664-46.2012.8.26.0053
20	26 2011	FAZENDA	Il' I l'	1005330 37 3046 0 36 0704
<u>38</u>	<u>36 2011</u>	PÚBLICA	Jardim Jaqueline	1005330-27.2016.8.26.0704
20	02 2012	FAZENDA	Alameda Dino Bueno	0004622.75.2012.0.26.0052
<u>39</u>	02 2012	PÚBLICA	(Luz)	0004633-75.2012.8.26.0053
40	10 2012	FAZENDA	Dog Wists	0101121-68.2007.8.26.0053
<u>40</u>	<u>18 2012</u>	PÚBLICA	Boa Vista	0022151-78.2012.8.26.0053



		CIVEL		404400 - 40 0044 0 04 00-0
		CENTRAL		1011335-49.2014.8.26.0053
		E		0169662-36.2012.8.26.0100
		FAZENDA		
<u>41</u>	<u>19 2012</u>	PÚBLICA	Mauá	0037410-16.2012.8.26.0053
		FAZENDA	TPU Ambulantes de São	0017584-04.2012.8.26.0053
<u>42</u>	20 2012	PÚBLICA	Paulo	0021030-15.2012.8.26.0053
			Incidente de	
		FAZENDA	Inconstitucionalidade -	
<u>43</u>	24 2012	PÚBLICA	Cuem	0041454-43.2012.8.26.0000
		FAZENDA		
<u>44</u>	<u>28 2012</u>	PÚBLICA	Alto da Alegria	0021775-15.2000.8.26.0053
				1006066-87.2018.8.26.0053
				0189886-63.2010.8.26.0100
				1043620-17.2022.8.26.0053
		CÍVEL		0011227-08.2012.8.26.0053
45	30 2012	CENTRAL	São João - Número 588	2260992-40.2022.8.26.0000
				0007891-59.2013.8.26.0053
		FAZENDA		2101188-46.2016.8.26.0000
46	52 2012	PÚBLICA	   Manacá da Serra	0032204-55.2011.8.26.0053
10	<u> </u>	FAZENDA	Jardim das Palmas	0002201 00120111012010000
47	58 2012	PÚBLICA	(Parque Rebouças)	0023435-87.2013.8.26.0053
17	<u> </u>	FAZENDA	(Tarque Rebouças)	0023133 07.2013.0.20.0033
48	62 2012	PÚBLICA	Zaki Narchi	0056059-29.2012.8.26.0053
<u> 10</u>	02 2012	TOBLICIT	Zaki Warciii	0407462-91.1994.8.26.0053
				0407402-71.1774.0.20.0033
				1011866-38.2014.8.26.0053
				1011600-36.2014.6.20.0033
		DAGDYD 4		
40	04 2012	FAZENDA PÚBLICA	Chácana Drogradas	0022212 62 2010 0 26 0052
<u>49</u>	04 2013	PUBLICA	Chácara Progresso	0022313-63.2018.8.26.0053
		CÍVEI		0040271 01 2012 0 26 0100
	<u>24 2013</u>	CÍVEL CENTRAL	Rua Marconi, 138	0040271-91.2013.8.26.0100
F.0		CENTRAL		00(5452.16.2012.0.26.0100
<u>50</u>				0065453-16.2012.8.26.0100



		FAZENDA		0017954-32.2002.8.26.0053
<u>51</u>	29 2013	PÚBLICA	Id. Califórnia	0002278-97.2009.8.26.0053
<u>51</u>	<u> </u>	CÍVEL	Associação Comunitária	0002270 97.2009.8.20.0033
<u>52</u>	40 2013	CENTRAL	Chácara Soares	0535154-58.1996.8.26.0100
<u> </u>	10 2010	GETTTUTE	diacara sourcs	1057640-23.2016.8.26.0053
		FAZENDA	Cohab - Tipos de	
<u>53</u>	51_2013	PÚBLICA	Contrato	1040777-89.2016.8.26.0053
				0031587-27.2013.8.26.0053
		FAZENDA		
<u>54</u>	<u>56 2013</u>	PÚBLICA	Jardim Mirelle	0001214-32.2021.8.26.0053
		FAZENDA	Campo Belo (Espraiada	
<u>55</u>	<u>59 2013</u>	PÚBLICA	ou Leilão)	0035539-14.2013.8.26.0053
				1037247-09.2018.8.26.0053
<b>F</b> .c	10 2014	FAZENDA	N( d- N(d'	2106227 02 2010 0 26 0000
<u>56</u>	<u>19 2014</u>	PÚBLICA	Morro da Mandioca	2186327-92.2018.8.26.0000
				1028773-49.2018.8.26.0053
				1020773-49.2010.0.20.0033
		FAZENDA	Real Parque - falhas	
<u>57</u>	20 2014	PÚBLICA	estruturais	2128810-61.2020.8.26.0000
<u> </u>				
				1004730-53.2015.8.26.0053
		FAZENDA	Dario Ribeiro ou dos	
<u>58</u>	<u>07 2015</u>	PÚBLICA	Tubos	0152788-83.2006.8.26.0100



				2052779-97.2020.8.26.0000
				0017117-29.2013.8.26.0008
			Douglas Podrigues Vila	2182566-58.2015.8.26.0000
<u>59</u>	23 2015	TATUAPÉ	Douglas Rodrigues - Vila Maria	0000386-40.2022.8.26.0008
		FAZENDA		
<u>60</u>	<u>14 2016</u>	PÚBLICA	Vila Itaim	1007606-10.2017.8.26.0053
				ADI nº 5.771
		SUPREMO		ADI nº 5787
			ADIs sobre a L. de Reg.	
<u>61</u>	01 2017	FEDERAL	Fundiária	ADI nº 5.883
				1022440-18.2017.8.26.0053
				1029229-33.2017.8.26.0053
		FAZENDA		0024260-84.2020.8.26.0053
<u>62</u>	20 2017	PÚBLICA	Cracolândia	1072549-94.2021.8.26.0053
				1016110-44.2013.8.26.0053
<u>63</u>	43 2017	FAZENDA PÚBLICA	<u>Iardim Soeiro</u>	2243964-64.2019.8.26.0000
<u>UJ</u>	TJ 401/	LODLICA	<u>jarumi sucmu</u>	443704-04.4017.0.40.0000



			D	
C 1	02 2010	FAZENDA	Revisão da LPUOS São	1012006 77 2010 0 26 0052
<u>64</u>	03 2018	PÚBLICA	Paulo	1012986-77.2018.8.26.0053
				0001567-53.2013.8.26.0053
		FAZENDA	Jardim Pantanal – São	2102980-
<u>65</u>	05 2018	PÚBLICA	Paulo	98.2017.8.26.0000/50000
				5015430-52.2018.4.03.0000
		JUSTIÇA	Edifício Wilton Paes de	
<u>66</u>	21_2018	FEDERAL	Almeida	5011970-90.2018.4.03.6100
				1035917-06.2020.8.26.0053
67	43 2018		Sítio Paiolzinho	2247417-33.2020.8.26.0000
				1061107-39.2018.8.26.0053
		FAZENDA	TPU Ambulantes	
<u>68</u>	46 2018	PÚBLICA	Fernando Costa	2046520-23.2019.8.26.0000
00	10 2010	TOBLICIT	T CI Hairdo Gosta	2010320 23.2017.0.20.0000
				1002691-44.2019.8.26.0053
				1002071-44.2017.0.20.0033
		EAZEND A		
<u>69</u>	03 2019	PÚBLICA	Tarifa Ônibus São Paulo (2019)	1022597-20.2019.8.26.0053
<u>09</u>	03 2019	LOBLICA	(2017)	1022377-20.2019.0.20.0033
				2022404 76 2024 0 26 0000
				2033404-76.2021.8.26.0000
	40.0040	FAZENDA	PPP da Habitação do	4050440 60 0000 004 0050
70	13_2019	PÚBLICA	Município de São Paulo	1052649-62.2020.8.26.0053



				2118293-60.2021.8.26.0000
				2136249-89.2021.8.26.0000
71	28 2019	SANTO AMARO	Reintegração de posse – Parelheiros	0000670.51.2013.8.26.0012
		CÍVEL	Intervenção urbana	
72	39_2019	CENTRAL	'Arco do Jurubatuba'	1010569-20.2019.8.26.0053
		TRIBUNAL	Termo de Permissão de	2143099-62.2021.8.26.0000
		DE	Uso dos Ambulantes do	
73	10_2020	JUSTIÇA	Jabaquara	0003425-75.2020.8.26.0053
74	16_2020	FAZENDA PÚBLICA	Lote 12 da PPP Habitacional do Município de São Paulo - Comunidades da Região do Córrego do Bispo	2136249-89.2021.8.26.0000 1024035-13.2021.8.26.0053 1052649-62.2020.8.26.0053
75	28_2020	FAZENDA PÚBLICA	Suspensão dos financiamentos habitacionais da CDHU	1027137-77.2020.8.26.0053 2151084-19.2020.8.26.0000



76	35_2020	FAZENDA PÚBLICA	Extinção CDHU: repercussões sobre o direito à moradia da população de baixa renda	1051245-73.2020.8.26.0053 2029544-67.2021.8.26.0000 2018158-40.2021.8.26.0000
77	02_2021	FAZENDA PÚBLICA	Renovação da gratuidade na tarifa do transporte público aos idosos com 60 a 64 anos	1003968-27.2021.8.26.0053
78	06_2021	FAZENDA PÚBLICA	Revisão do Plano Diretor de São Paulo - 2021	1022650-93.2022.8.26.0053
79	17_2021		Reintegração de posse Foro REgional de Santo Amaro	0001268-34.2015.8.26.0012 2291486-19.2021.8.26.0000
80	32_2021	Parelheiros	Reintegração de Posse. Parelheiros. 1047295- 78.2021.8.26.0002 (CV)"	1047295-78.2021.8.26.0002
81	37_2021	21ª Câmara de Direito Privado	Ação Rescisória. 2241884- 59.2021.8.26.000 (CV)	2241884-59.2021.8.26.000

#### 9. ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.



O núcleo acompanha atualmente 35 (TRINTA E CINCO) procedimentos administrativos, não judicializados, sendo que a lista dos procedimentos.

#### MONITORAMENTO - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

<u>PA</u>	COMUNIDADE	PROCESSO	FASE	RELATO
17/2009	Comunidade Jaçanã / Tremembé	Processo nº 6014.2018/0000 503-5	PA	11º
58/2009	Projeto Parque Várzeas do Tietê	NÃO TEM	PA	14ª
45/2010	Comunidade da Vila Operária e Popular Flaskô	NÃO TEM	PA	5º
10/2011	Jardim Celeste (Recanto dos Humildes)	NÃO TEM	PA	16º
08/2012	Jd. Ruth - Itapevi	NÃO TEM	PA	5º
10/2012	Programa de Locação Social - Garmic	NÃO TEM	PA	5º
23/2012	Conjunto Habitacional Primavera	NÃO TEM	PA	17º
26/2012	Parque Rodrigo Barreto	NÃO TEM	PA	16º



50/2012	Assistência Técnica Pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social	NÃO TEM	PA	2º
17/2013	Parceria Público Privada de Habitação	NÃO TEM	PA	12ª
29/2013	Jd. Califórnia	0017954- 32.2002.8.26.005 3 - Embargos de Declaração - STJ nº 1.246.072 / Ação declaratória de CUEM: 0002278- 97.2009.8.26.005 3/ Recurso Especial nº 1.246.072	PA	5ª
05/2014	Monotrilho	NÃO TEM	PA	4º
28/2014	Vila Aymoré	NÃO TEM	PA	14ª
10/2015	Arujá - Obras Decorrentes do Rodoanel	NÃO TEM	PA	10ª
11/2015	Minhocão	NÃO TEM	PA	4ª
20/2016	Revisão do Plano Municipal de Habitação - SP	NÃO TEM	PA	6ª
04/2017	Decreto nº 10.565/2017 – remoções administrativas em Cubatão.	NÃO TEM	PA	8 <u>a</u>
11/2017	Auxílio aluguel - atendimento provisório da cidade de São	NÃO TEM	PA	9ª



	Paulo			
25/2017	Comunidade Vila Esperança - Cubatão	NÃO TEM	PA	9 <u>a</u>
32/2017	Acesso ao saneamento básico nas áreas vulneráveis	NÃO TEM	PA	16º
24/2018	Visitas e Intervenções nas Ocupações da Cidade de São Paulo		PA	2ª
30/2018	Gestão Democrática em Salesópolis	NÃO TEM	PA	9 <u>a</u>
42/2018	Real Parque - instalação de equipamento de saúde	NÃO TEM	PA	17ª
07/2019	Favela José Crispim	NÃO TEM	PA	2 <u>a</u>
09/2019	Estrada Taquaral - Parelheiros	NÃO TEM	PA	6ª
13/2019	PPP da Habitação do Município de São Paulo	2033404- 76.2021.8.26.000 0	PA	12ª
22/2019	Participação popular na revisão do Plano Diretor de Valinhos	NÃO TEM	PA	6ª
26/2019	Jardim Pantanal - Regularização Fundiária	NÃO TEM	PA	8 <u>a</u>
40/2019	Tratamento Jurídico da Informalidade Urbana:Experiências Luso- Brasileiras	NÃO TEM	PA	2ª

42/2019	Resolução SH nº 01/2019 - Criminalização dos movimentos sociais de luta por moradia	NÃO TEM	PA	5ª
05/2020	Serviço de Moradia social no Município de São Paulo	NÃO TEM	PA	5 <u>ª</u>
16/2020	Lote 12 da PPP Habitacional do Município de São Paulo - Comunidades da Região do Córrego do Bispo	1024035- 13.2021.8.26.005 3 / 1052649- 62.2020.8.26.005 3 / 1052649- 62.2020.8.26.005 3	PA	12ª
21/2020	Áreas de Risco. Guarujá (suporte especializado)	NÃO TEM	PA	10ª
29/2020	Assentamentos Rurais de Martinópolis - Infraestrutura	NÃO TEM	PA	3ª
08/2021	Bairro Chororão - Município de Paraibuna	NÃO TEM	PA	5ª

#### 9. REUNIÕES ORDINÁRIAS

Foram realizadas 5 (cinco) reuniões ordinárias do Núcleo e as respectivas atas podem ser verificadas no anexo

#### TABELA n.º 15 - REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS NO PERÍODO

- 1 05 de agosto de 2022 (das 14 às 16 horas) Online
- **2** 02 de setembro de 2022 (das 09 às 11 horas) Online



- 3 07 de outubro de 2022 (das 10 às 12h40) Rua Boa Vista, 150 (sala de reuniões do Atendimento Inicial da Capital)
- **4** 04 de novembro de 2022 (das 09 às 10h30) Online
- 5 08 de dezembro de 2022 (das 10 às 13 horas) Rua Boa Vista, 150 (sala de reuniões do Atendimento Inicial da Capital)

# 10. DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, INFRAESTRUTURA E DIFICULDADES EXISTENTES.

Com relação à estrutura de pessoal, o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, além dos três defensores públicos afastados para o exercício da coordenação e das coordenações auxiliares, conta com dois oficiais de defensoria, seis estagiários de direito, três estagiários de pós-gradução, dois estagiários administrativos de nível superior, administrativos e duas agentes (arquiteta-urbanista e socióloga). Desde o início desta coordenação, tem-se empreendidos todos os esforços para o entabulamento de convênios com Universidades e outras entidades e instituições para o atendimento desta demanda especializada e em especial para o suporte técnico necessário ao desempenho das atribuições.

Foi iniciada também a certificação e digitalização dos processos no DOL, que se encontram na reta final. A utilização do sistema vem se revelando inadequada para a tutela coletiva, tendo em vista a impossibilidade de visualização de grandes procedimentos, com milhares de folhas de documentos e também diante da inexistência de abas que se enquadrem na demanda ordinária do Núcleo e também na inadequação das portas de atendimento. Veja-se que até o momento não existe fluxo específico de atendimento para as demandas coletivas. A possibilidade de agendamento através do site ou 0800 se dá exclusivamente no bojo do atendimento regular individual, porém revelase impossível a realização de atendimento coletivo de uma comunidade, marcado pela



necessária complexidade, dentre os demais atendimentos regulares da unidade, sem qualquer planejamento. Muitas vezes, a demanda coletiva de habitação demanda atendimento específico, urgente e presencial, o que não se enquadra nas possibilidades de agendamento pelo portal.

É importante dizer também que as portas de entrada para pessoas em vulnerabilidade, inclusive aquelas sob ameaça de despejo, precisam ser facilitadas para além do que é implementado nas demandas ordinárias, sob pena de se tornarem ineficientes. Saliente-se que no caso da habitação e urbanismo, muitas delas têm natureza complexa, tanto sob o ponto de vista jurídico, quanto sob o ponto de vista do acolhimento das comunidades, que exigem ainda escuta ativa qualificada desde o primeiro atendimento e foco na descentralização e territorialização.

Dessa forma, após o rompimento do convênio com o Gaspar Garcia e absorção da demanda pela Defensoria Pública, o Núcleo vem recebendo essas demandas e tem assumido, sem a estrutura necessária, a atribuição de processar esses encaminhamentos. O conflito de atribuições entre as unidades da capital, os entendimentos dissonantes a respeito da atribuição da Defensoria Pública para demandas coletivas agravam o problema, que precisa ser urgentemente regulamentado.

São Paulo, 03 de março de 2023

#### TAISSA NUNES VIEIRA PINHEIRO

Defensora Pública do Estado Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

#### ALLAN RAMALHO FERREIRA

Defensor Público do Estado Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

**Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo** Rua Líbero Badaró, nº 616, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 01008-000 - Tel.: (11) 3105-0919



#### PEDRO RIBEIRO AGUSTONI FEILKE

Defensor Público do Estado Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo